

INCAPACIDADE PARA O TRABALHO DEVIDO A TRANSTORNOS MENTAIS ENTRE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA SAÚDE NO PERÍODO PRÉ E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Recebido em: 06/03/2025

Aceito em: 09/10/2025

DOI: 10.25110/arqsaude.v29i3.2025-11986



Aiadni Catunda da Cruz ¹
Jefferson Paixão Cardoso ²
Luciano Nery Ferreira ³
Tiago Novais Rocha ⁴
Paloma de Sousa Pinho ⁵

RESUMO: O objetivo deste estudo é identificar a prevalência da incapacidade para o trabalho e avaliar os fatores associados à incapacidade em relação aos transtornos mentais entre os trabalhadores da saúde e não trabalhadores da saúde no período pré e durante a pandemia da COVID-19. Trata-se de um estudo epidemiológico de corte transversal cuja análise se baseou em dados dos anos 2018 a 2022, coletados na base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponível pelo Centro Colaborador da Vigilância aos Agravos à Saúde do Trabalhador (CCVISAT). Os dados obtidos foram analisados com o auxílio dos softwares R Studio e Stata Versão (Stat Corp®). As variáveis que apresentaram $p < 0,2$ nas análises bivariadas foram inseridas em um modelo de regressão de Poisson multivariado e os resultados apresentados em razões de prevalência (RP) e intervalos de confiança 95% (IC95%). Os resultados evidenciaram que os indivíduos do sexo feminino, de cor da pele branca, com nível superior completo apresentaram maior quantitativo no número de notificações de casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho. A maioria dos casos que evoluíram com a incapacidade foram do sexo masculino, cor da pele (preta, amarela e parda), afastados do trabalho e/ou da causa do adoecimento e não profissionais da saúde e menor prevalência de incapacidade entre os de ensino fundamental/médio e autônomos/temporários. Diante disso, constata-se que o diagnóstico diferencial e a definição do nexos causal, são passos importantes, visto que permitem identificar as demandas para traçar ações para os serviços e programas, direcionando profissionais de saúde capacitados para o cuidado integral dos casos atendidos, sendo possível planejar medidas de intervenção que fortaleçam as ações de vigilância em saúde dos trabalhadores e busquem a prevenção do adoecimento mental e da incapacidade para o trabalho.

¹ Mestre em Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

E-mail: aiadnicatundadacruz@hotmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1736-6159>

² Doutor em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

E-mail: jpcardoso@uesb.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0128-5792>

³ Doutor em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

E-mail: lnery@uesb.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9410-2467>

⁴ Mestre em Ciências da Reabilitação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

E-mail: tiago.novaisrocha@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1013-9113>

⁵ Doutora em Saúde Pública, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana.

E-mail: paloma@ufpb.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6402-0869>

PALAVRAS-CHAVE: Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho; Incapacidade para o Trabalho; Trabalhadores da Saúde; COVID-19.

INABILITY TO WORK DUE TO MENTAL DISORDERS AMONG HEALTH WORKERS IN THE PERIOD BEFORE AND DURING THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT: The objective of this study is to identify the prevalence of incapacity for work and evaluate the factors associated with incapacity in relation to mental disorders among health workers and non-health workers in the period before and during the COVID-19 pandemic. This is a cross-sectional epidemiological study whose analysis was based on data from the years 2018 to 2022, collected in the database of the Notifiable Diseases Information System (SINAN), available by the Collaborating Center for Surveillance of Health Diseases in Brazil. Worker (CCVISAT). The data obtained were analyzed with the aid of R Studio and Stata Version (Stat Corp®) software. The variables that presented $p < 0.2$ in the bivariate analyzes were entered into a multivariate Poisson regression model and the results presented as prevalence ratios (PR) and 95% confidence intervals (95%CI). The results showed that female individuals, with white skin color, with a higher education degree, presented a higher number of notifications of cases of work-related mental disorders. The majority of cases that developed disability were male, skin color (black, yellow and brown), away from work and/or the cause of the illness and non-health professionals and a lower prevalence of disability among those with primary education /medium and self-employed/temporary. In view of this, it appears that the differential diagnosis and the definition of the causal link are important steps, as they allow identifying the demands to outline actions for services and programs, directing trained health professionals to provide comprehensive care for the cases attended, being It is possible to plan intervention measures that strengthen workers' health surveillance actions and seek to prevent mental illness and incapacity for work.

KEYWORDS: Work-Related Mental Disorders; Inability to Work; Health Workers; COVID-19.

INCAPACIDAD LABORAL POR TRASTORNOS MENTALES ENTRE LOS TRABAJADORES DE LA SALUD ANTES Y DURANTE LA PANDEMIA DE COVID-19

RESUMEN: El objetivo de este estudio es identificar la prevalencia de incapacidad laboral y evaluar los factores asociados a la incapacidad en relación con los trastornos mentales entre trabajadores de la salud y no sanitarios en el período anterior y durante la pandemia de COVID-19. Se trata de un estudio epidemiológico transversal cuyo análisis se basó en datos del año 2018 al 2022, recolectados en la base de datos del Sistema de Información de Enfermedades de Declaración Obligatoria (SINAN), disponible a través del Centro Colaborador para la Vigilancia de Accidentes de Salud de los Trabajadores (CCVISAT). Los datos obtenidos fueron analizados con la ayuda del software R Studio y Stata Version (Stat Corp®). Las variables que presentaron $p < 0,2$ en los análisis bivariados se insertaron en un modelo de regresión de Poisson multivariado y los resultados se presentaron en razones de prevalencia (RP) e intervalos de confianza del 95% (IC95%). Los resultados mostraron que los individuos de sexo femenino, de color de piel blanca, con nivel de educación superior, presentaron mayor número de

notificações de casos de transtornos mentais relacionados com o trabalho. A maioria dos casos que evoluíram com incapacidade foram varões, cor de pele (negro, amarelo e moreno), afastados do trabalho y/o por causa de doença e profissionais no sanitários, sendo uma menor prevalência de incapacidade entre aqueles com educação primária/secundária e trabalhadores autônomos/temporais. Frente a isso, se desprende que o diagnóstico diferencial e a definição do nexo causal são passos importantes, pois permitem identificar demandas para delimitar ações de serviços e programas, direcionando a profissionais de saúde qualificados a prestar atenção integral aos casos atendidos, possibilitando planejar medidas de intervenção que fortaleçam as ações de vigilância da saúde dos trabalhadores e busquem prevenir a doença mental e a incapacidade para o trabalho.

PALAVRAS CHAVE: Transtornos mentais relacionados com o trabalho; Incapacidade para trabalhar; Trabalhadores de saúde; COVID-19.

1. INTRODUÇÃO

O mundo moderno do trabalho apresenta características dinâmicas e complexas, que impõem ao trabalhador uma contínua adaptação ao mercado de trabalho. Além disso, velhos moldes de produção capitalista ainda persistem, como a intensificação do processo e do ritmo de trabalho, a falta de poder de decisão nas realizações de tarefas, a repetitividade e as longas jornadas de trabalho (Palma *et al.*, 2019).

Os transtornos mentais e comportamentais têm apresentado prevalência significativa em adoecimento de trabalhadores. Os casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho são notificados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e são reconhecidos como um dos principais problemas de saúde pública que favorece para a incapacidade para o trabalho, bem como, para o aumento do número de afastamentos temporários ou permanentes (Centro Colaborador da Vigilância dos Agravos à Saúde do Trabalhador, 2019).

A ocorrência de transtornos mentais relacionados ao trabalho, está diretamente ligada a fatores de risco como: altas cargas de trabalho, equipamentos de proteção individual em quantidade insuficiente, idade, experiência profissional, doenças crônicas entre outros. Tais fatores contribuíram para o adoecimento mental de trabalhadores da saúde durante a pandemia da COVID-19 (Ferreira *et al.*, 2021).

A realidade do trabalho sofreu mudanças no cenário da COVID-19 em todos os aspectos, com isso, os trabalhadores da saúde por situarem-se na linha de frente, foram expostos à acentuada pressão por produtividade e resultados, associados à intensificação das mudanças tecnológicas e ao risco de contaminação e adoecimento pela COVID-19 (Da Luz *et al.*, 2020).

Os impactos que os transtornos mentais relacionados ao trabalho podem causar, são inúmeros, afetam desde condições intrínsecas como extrínsecas do colaborador, como a queda da produtividade, o mau atendimento ao cliente, o absenteísmo e a incapacidade para o trabalho, ocasionando afastamento temporário ou até mesmo, aposentadoria por invalidez (Cruz *et al.*, 2022).

Sendo assim, é possível salientar que a incapacidade para o trabalho por transtornos mentais entre os trabalhadores da saúde, além de causar o adoecimento mental, pode gerar prejuízo econômico significativo para a sociedade e contribuir para a ocorrência de danos no andamento dos serviços de saúde (Oliveira *et al.*, 2019).

Com isso, uma vez que ocorrem afastamentos por transtornos mentais relacionados ao trabalho, o campo da atenção à saúde necessitará ofertar cuidados adequados ao trabalhador de acordo com as necessidades apresentadas, bem como, o campo econômico e trabalhista precisará lidar com os prejuízos gerados a partir da ausência do trabalhador (Filho *et al.*, 2023).

Diante do interesse em realizar pesquisa na área da saúde mental e saúde do trabalhador, este estudo justifica-se por conta do grande número de estudos com dados de incapacidade para o trabalho por transtornos mentais de trabalhadores da área da saúde, visando a produção de ações preventivas para essa população.

Frente ao exposto, este estudo teve como objetivo identificar a prevalência da incapacidade para o trabalho e avaliar fatores associados à incapacidade em relação aos transtornos mentais entre os trabalhadores da saúde e não trabalhadores da saúde no período pré e durante a pandemia da COVID-19.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Tipo de estudo, participantes e fonte de dados

Trata-se de um estudo transversal e descritivo, cuja análise se baseou em dados dos anos 2018 a 2022, coletados na base de dados do Sistema de Informações de Agravos e Notificações (SINAN), disponível pelo Centro Colaborador da Vigilância aos Agravos à Saúde do Trabalhador (CCVISAT), Instituto de Saúde Coletiva, da Universidade Federal da Bahia. O CCVISAT, disponibiliza as bases de dados do SINAN, para os agravos relacionados a saúde do trabalhador visando a análise e promoção de

conhecimento científico e tecnológico em saúde do trabalhador, principalmente no eixo da epidemiologia.

De acordo com o SINAN, as notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho dizem respeito a todo caso de sofrimento emocional nas suas diversas formas de manifestações, como sintomas de: choro fácil, tristeza, medo excessivo, doenças psicossomáticas, agitação, irritação, nervosismo, ansiedade, taquicardia, sudorese, insegurança, dentre outros sintomas indicativos de agravo ou desenvolvimento de transtornos mentais (Oliveira *et al.*, 2023).

As bases de dados do SINAN, estão disponíveis para download em formato .dbf e xls. no site do CCVISAT (<https://ccvisat.ufba.br/>) e em bases originais que encontram-se disponíveis em formato .dbc no endereço (<https://datasus.saude.gov.br/transferencia-de-arquivos/#>). Neste mesmo ambiente também foi obtido o arquivo de código das variáveis e o instrumento de coleta de dados da pesquisa.

O estudo é composto pelo quantitativo de trabalhadores de saúde e não trabalhadores dos serviços de saúde de abrangência nacional, que apresentaram incapacidade para o exercício das suas atividades laborais por transtornos mentais relacionados ao trabalho.

2.2 Instrumento de coleta de dados e variáveis do estudo

A Ficha Individual de Notificação (FIN), é preenchida pelas unidades assistenciais quando se tem a suspeita de ocorrência do problema de saúde de interesse nacional, estadual ou municipal bem como de notificação compulsória.

Sendo assim, a ficha de notificação individual contém os dados gerais sobre o agravo de transtornos mentais, unidade de saúde notificadora e dados do paciente (nome, idade, sexo, raça/cor, escolaridade, etc).

Quadro 1: Variáveis do estudo

Variáveis
Sociodemográficas:
Sexo (masculino ou feminino);
Idade;
Escolaridade (analfabeto, fundamental completo / incompleto, médio completo / incompleto, superior completo / incompleto);
Raça/cor (branca, preta, parda, amarela, indígena).
Ocupacionais:
Ocupação;

Tempo de trabalho;
Situação no mercado de trabalho (CLT, não registrado, autônomo, servidor público, aposentado, desempregado, trabalhador temporário);
Regime de trabalho (ambulatorial ou hospitalar).

2.3 Análise dos Dados

Para fins de análise dos dados, frequências relativas e absolutas foram adotadas para apresentação das variáveis categóricas, enquanto média e desvio padrão para as contínuas.

O software R Studio foi utilizado para plotagem dos dados geográficos de frequência dos casos notificados por região do Brasil. As demais análises descritivas e inferencial (qui quadrado) foram realizadas por meio do pacote estatístico Stata Versão 12.0 (Stat Corp®).

As variáveis que apresentaram $p < 0,2$ nas análises bivariadas foram inseridas em um modelo de regressão de Poisson multivariado e os resultados apresentados em razões de prevalência (RP) e intervalos de confiança 95% (IC95%).

Por fim, para fins de comparação optou-se por criar-se a variável binária de ocupação como profissionais de saúde (sim ou não).

2.4 Aspectos éticos

Por se tratar de um estudo com dados disponíveis em caráter de “domínio público”, ou seja, disponíveis para acesso livre em plataformas do Sinan, este trabalho dispensa a aprovação por parte do Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

3. RESULTADOS

Foram identificados um total de 7.715 notificações entre os anos de 2018 e 2022. O mapa de densidade a seguir permite evidenciar que nos anos avaliados os estados de Minas Gerais ($n = 1.591$) e São Paulo ($n = 1.905$) apresentaram o maior quantitativo de notificações (Figura 1)

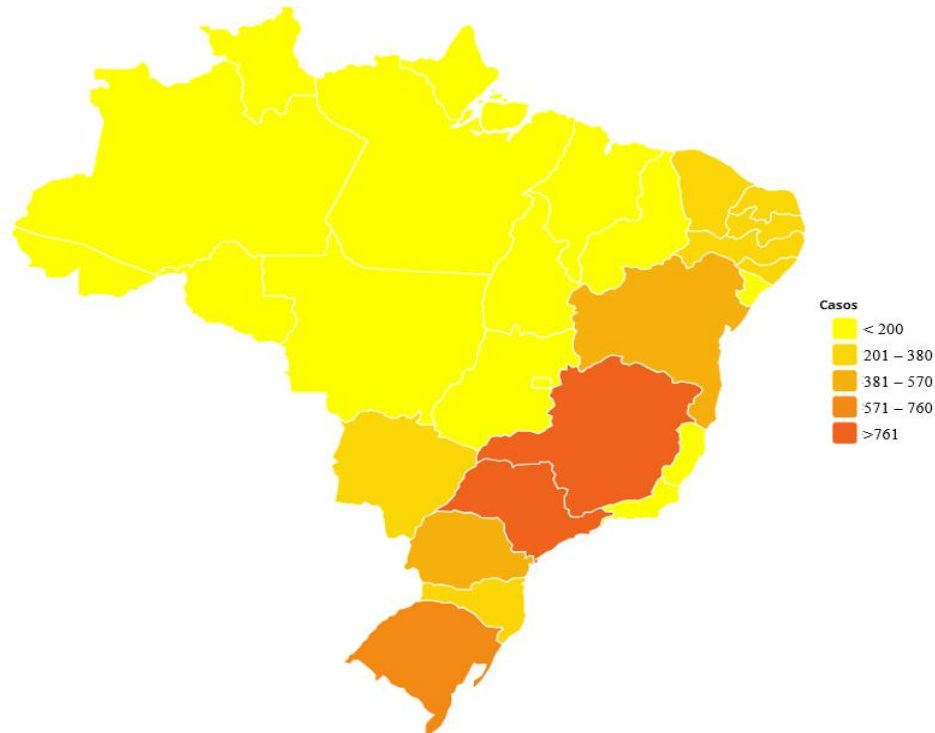


Figura 1: Número absoluto de casos notificados de transtornos mentais relacionados ao trabalho por região (2018-2022)

A média de idade foi de aproximadamente 39 anos ($\pm 10,3$), prevalecendo indivíduos do sexo feminino 66,9% ($n = 5.163$), de cor da pele branca 46,3% ($n = 3.574$), com ensino superior completo 33,3% ($n = 2.561$) e da região Sudeste 48,1% ($n = 3.713$) (Tabela 1).

Tabela 1: Caracterização sociodemográfica das notificações avaliadas no período de 2018 a 2022

	n	%
Sexo		
Masculino	2.551	33,1
Feminino	5.163	66,9
Cor da pele		
Branca	3.574	47,0
Preta	590	7,8
Amarela	67	0,9
Parda	2.287	30,1
Indígena	18	0,2
Ignorado	1.066	14,0
Escolaridade		
Analfabeto	16	0,2
Ensino fundamental incompleto/completo	711	9,6
Ensino médio incompleto/completo	2694	36,2
Ensino superior incompleto/completo	3064	41,2
Ignorado	950	12,8

Região		
Norte	362	4,7
Nordeste	1970	25,5
Sudeste	3713	48,1
Sul	1284	16,6
Centro-Oeste	386	5,0

Ao avaliar a distribuição temporal das notificações, evidencia-se uma tendência de redução ($R^2 = 0,56$) do número de registros, oscilando de um máximo de 1608 em 2019 ao mínimo de 792 em 2022 (Figura 2).

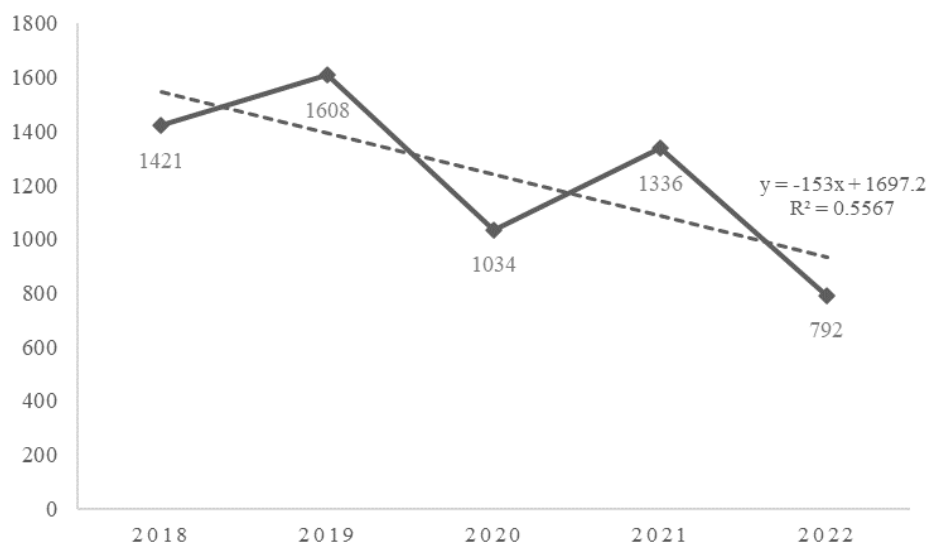


Figura 2: Tendência temporal das notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho de 2018 à 2022.

Seguindo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), 697 tipos de ocupações foram referidas. Ressalta-se que a ocupação técnicos (as) de enfermagem apresentou 596 menções unitárias, correspondendo a 6,9% do total. Para fins de comparação optou-se por criar a variável binária de ocupação como profissionais de saúde (sim ou não), assim registrou-se uma frequência de 83,3% ($n = 5.197$) para os outros profissionais e 15,7% ($n = 1.214$) para profissionais de saúde.

Na tabela 2 pode-se verificar a distribuição das variáveis de acordo com a ocupação, bem como constatar a associação entre os profissionais de saúde e a situação de trabalho, terceirizado, mudanças e afastamento no trabalho, bem como a evolução do caso.

Tabela 2: Características de trabalho de acordo com ocupação (profissional de saúde ou outros trabalhadores)

	Profissional de saúde				Valor de p
	Não		Sim		
	n	%	n	%	
Situação de trabalho (n = 6.191)					< 0,01
Concurado/CLT	3.963	81,9	877	18,1	
Desempregado	251	96,5	9	3,5	
Autônomo/temporário	936	89,8	106	10,2	
Terceirizado (n = 4.957)					< 0,01
Sim	276	87,9	38	12,1	
Não	3.813	82,1	830	17,9	
Modalidade de trabalho (n = 5.095)					0,29
Hospitalar	203	85,3	35	14,7	
Ambulatorial	4.012	82,6	845	17,4	
Afastamento da causa da notificação (n = 4.396)					0,07
Não	1.560	80,9	369	19,1	
Sim	2.046	82,9	421	17,1	
Mudanças no trabalho (n = 4.032)					< 0,01
Não	2.772	82,6	582	17,4	
Sim	520	76,7	158	23,3	
Afastamento do trabalho (n = 4.460)					0,01
Não	1.269	80,5	308	19,5	
Sim	2.408	83,5	475	16,5	
Evolução do caso (n = 5.755)					< 0,01
Cura	734	79,2	193	20,8	
Incapacidade temporária	3.346	85,6	565	14,4	
Incapacidade permanente	193	85,4	33	14,6	
Óbito	6	66,7	3	33,3	
Outros	552	80,9	130	19,1	

*diferenças do total de notificações devem-se a dados perdidos e/ou classificados como ignorados.

No intuito de avaliar fatores associados à incapacidade para o trabalho e evolução dos casos foi dicotomizada em incapacidade (temporária e permanente) e não incapacidade (cura, outros e óbito). Assim, a incapacidade para o trabalho foi mais prevalente no sexo masculino, nos de cor da pele (preta, amarela e parda), nos afastados do trabalho e/ou da causa do adoecimento e não profissionais da saúde (Tabela 3).

Tabela 3: Distribuição das variáveis independentes de acordo com o status de incapacidade para o trabalho

	Incapacidade para o trabalho				RP (IC95%)
	Não		Sim		
	n	%	n	%	
Sexo (n = 4.911)					
Masculino	392	26,33	1097	73,67	1,05 (1,00 – 1,08)
Feminino	1011	29,54	2411	70,46	1

Cor da pele (n = 4.589)					
Branca	826	33,09	1670	66,91	1
Preta	102	25,76	294	74,24	1,11 (1,04 – 1,18)
Amarela	8	17,02	39	82,98	1,24 (1,09 – 1,42)
Parda	413	25,21	1225	74,79	1,12 (1,07 – 1,16)
Indígena	4	33,33	8	66,67	0,99 (0,67 – 1,49)
Escolaridade (n = 4.503)					
Analfabeto	2	0,15	8	0,25	1,06 (0,77 – 1,44)
Fundamental incompleto/completo	206	15,50	287	9,04	0,77 (0,71 – 0,83)
Médio incompleto/completo	610	45,90	1283	40,42	0,89 (0,86 – 0,93)
Superior incompleto/completo	511	38,45	1596	50,28	1
Situação de trabalho (n = 4.647)					
Concursado/CLT	1004	73,82	2635	80,16	1
Desempregado	71	5,22	134	4,08	0,90 (0,82 – 0,99)
Autônomo/temporário	285	20,96	518	15,76	0,89 (0,84 – 0,94)
Afastamento da causa da notificação (n = 3.465)					
Sim	335	33,07	1538	62,72	1,43 (1,37 – 1,49)
Não	678	66,93	914	37,28	1
Afastamento do trabalho (n = 3.514)					
Sim	357	35,49	1868	74,48	1,69 (1,59 – 1,79)
Não	649	64,51	640	25,52	1
Ocupação (n = 4.647)					
Outros profissionais	1067	27,74	2780	72,26	1,14 (1,08 – 1,21)
Profissionais de saúde	293	36,63	507	63,38	1

Traçou-se então um modelo de regressão de Poisson multivariado, com método de inserção *backward* e variância robusta. No modelo final então nota-se a associação e maior prevalência da incapacidade para o trabalho em indivíduos de cor da pele preta ou parda, que foram afastados da causa do adoecimento ou do trabalho e que exerciam ocupações diferentes de profissionais de saúde. Por outro lado, uma menor prevalência foi evidenciada entre os de ensino fundamental incompleto/completo ou médio incompleto/completo e entre os autônomos ou temporários (Tabela 4).

Tabela 4: Modelo de regressão multivariado (saturado e final) para a incapacidade para o trabalho devido a transtornos mentais relacionados ao trabalho.

	Modelo Saturado	Modelo Final
	RP (IC95%)	RP(IC95%)
Sexo Masculino	1,05 (1,00 – 1,08)	-
Cor da pele		
Preta	1,11 (1,04 – 1,18)	1,20 (1,01 – 1,17)
Amarela	1,24 (1,09 – 1,42)	-
Parda	1,12 (1,07 – 1,16)	1,08 (1,03 – 1,13)
Escolaridade		
Fundamental incompleto/completo	0,77 (0,71 – 0,83)	0,79 (0,72 – 0,87)
Médio incompleto/completo	0,89 (0,86 – 0,93)	0,93 (0,89 – 0,98)
Situação de trabalho		

Desempregado	0,90 (0,82 – 0,99)	-
Autônomo/temporário	0,89 (0,84 – 0,94)	0,88 (0,77 – 0,99)
Afastamento da causa	1,43 (1,37 – 1,49)	1,20 (1,15 – 1,27)
Afastamento do trabalho	1,69 (1,59 – 1,79)	1,55 (1,46 – 1,65)
Outros profissionais	1,14 (1,08 – 1,21)	1,10 (1,04 – 1,17)

4. DISCUSSÃO

No resultado da investigação, observou-se que foram identificados um total de 7.715 notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil entre os anos de 2018 e 2022. A média de idade dos trabalhadores foi de aproximadamente 39 anos ($\pm 10,3$), com maior prevalência de mulheres, indivíduos de cor de pele branca, com ensino superior completo e da região sudeste.

Quanto as variáveis sociodemográficas, é possível elencar que a população do sexo feminino foi a que mais apresentou transtornos mentais em relação a população do sexo masculino, podendo dessa forma sugerir correlação entre o dado apresentado com a feminização das profissões na área da saúde (Cruz *et al.*, 2022).

Estudos demonstram que existe predominância de adoecimento por transtornos mentais e comportamentais no sexo feminino em detrimento ao masculino, dessa forma, foram pontuados alguns potenciais agentes estressores, como a extrema cobrança social que designa papéis e tarefas a figura feminina, bem como, as oscilações hormonais do ciclo reprodutivo, e a interface lar-trabalho, que aumenta a sobrecarga física e mental (Moreira *et al.*, 2023; Loiola *et al.*, 2020; Rocha; Debert-Ribeiro, 2001).

Outro dado que chama atenção é a maior prevalência de adoecimento por transtornos mentais em pessoas com ensino superior completo 33,3% (n = 2.561). Este fato pode ser correlacionado com o alto índice de transtornos mentais entre os profissionais da área da saúde (Moreira *et al.*, 2023), tendo como categoria profissional em evidência, a equipe de enfermagem (Cruz *et al.*, 2022; Araújo *et al.*, 2003), que curiosamente é composta majoritariamente por mulheres, que possui jornadas de trabalho exaustivas, rotatividade de turnos, além ainda de salários baixos (Santos *et al.*, 2020).

Com relação as notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho, levando em consideração a distribuição temporal das notificações, evidenciou-se uma tendência de redução do número de registros. Tal fato pode ser atrelado ao período pandêmico iniciado no ano de 2020, cujas mudanças nas dinâmicas de trabalho, pode sugerir a queda no número de casos registrados (Amaral *et al.*, 2023).

Embora o estudo demonstre redução no número de notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho entre 2019 e 2022, um outro estudo de Silva *et al.* (2023), com dados do INSS, apresenta dados que indicam um aumento expressivo nas ocorrências de transtornos mentais e comportamentais no Brasil. Entre 2012 e 2021, houve um crescimento de 227% na concessão de benefícios por incapacidade temporária (auxílio-doença) relacionados a essa causa, e de 103,7% nos benefícios por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez).

A pesquisa também destaca que os transtornos mentais se tornaram a segunda principal causa de afastamento do trabalho no Brasil em 2021. Além disso, o número de auxílios-doença por transtornos mentais subiu 30% em 2020 e 34% em 2021 (Silva *et al.*, 2023). Essa discrepância entre os estudos, pode indicar que, apesar do aumento real do adoecimento, a subnotificação de casos no SINAN ocorreu principalmente por fatores como a sobrecarga dos serviços de saúde e a mudança nas dinâmicas de atendimento durante o período pandêmico.

Contestando com as informações acima mencionadas, de acordo com uma pesquisa com dados tabulados acerca de transtornos mentais relacionados ao trabalho nos anos de 2020 e 2021, houve queda importante na incidência nesse período, o que pode ser justificado em virtude da pandemia de COVID-19 que pode ter gerado variações decorrentes das subnotificações nesse intervalo de tempo (Gomes; Farias; Fachin, 2023).

Observou-se uma frequência de 83,3% (n = 5.197) para os outros profissionais e 15,7% (n=1.214) para os profissionais de saúde (Tabela 2) e 697 tipos de menções unitárias foram mencionadas, seguindo a CBO, contudo 6,9% do total ficou entre técnicos (as) de enfermagem. Percebe-se elevada vulnerabilidade desses profissionais em relação ao adoecimento por transtornos mentais e comportamentais, principalmente por atuarem em uma dinâmica de trabalho diferenciada e ter contato frequente com óbitos e doenças graves, contribuindo para o surgimento de fatores desencadeantes para o desenvolvimento de transtornos mentais (Oliveira *et al.*, 2019).

O Boletim Epidemiológico da Secretária de Vigilância em Saúde (SVS), por sua vez, reforça a vulnerabilidade dos trabalhadores de enfermagem. O documento detalha que, em 2022, a categoria de enfermagem foi a que mais recebeu benefícios por incapacidade temporária devido a transtornos mentais e comportamentais, com 10.147 afastamentos. Em 2021, essa categoria também liderou os afastamentos, com 13.565

casos. No total, no período de 2021 a 2022, houve um aumento de 31,4% nos afastamentos entre esses profissionais (Brasil, 2023).

O alto índice de transtornos mentais entre os profissionais da saúde pode ser correlacionado com a prevalência de adoecimento em pessoas com ensino superior completo, que representaram 33,3% das notificações. A equipe de enfermagem, que é majoritariamente composta por mulheres, enfrenta jornadas exaustivas, rotatividade de turnos e baixos salários, o que contribui para o surgimento de fatores desencadeantes para o desenvolvimento de transtornos mentais.

Ao avaliar fatores associados à incapacidade para o trabalho e evolução dos casos, com as variáveis independentes: sexo, cor da pele, escolaridade, situação de trabalho, afastamento da causa, afastamento do trabalho e ocupação, segundo a tabela 3, nota-se que houve associação com resultado de maior prevalência no sexo masculino, nos de cor da pele (preta, amarela e parda), nos afastados do trabalho e/ou da causa do adoecimento e não profissionais da saúde. Contudo, conforme indicado na tabela 4, o estudo mostrou que houve menor prevalência de incapacidade para o trabalho entre os indivíduos de ensino fundamental incompleto/completo ou médio incompleto/completo e entre os autônomos ou temporários.

Com o evidente resultado, algumas questões precisam de estudos mais aprofundados como a distribuição dos afastamentos por gênero, sexo, idade, período de afastamento, profissão/ocupação, organização do trabalho, riscos ocupacionais, entre outros fatores que necessitam de verificação das razões e variáveis que ocasiona o adoecimento e conseqüentemente o afastamento do trabalho por transtornos mentais e do comportamento (Sá; Gomes; Dantas, 2023).

Desta forma, torna-se indispensável dominar o perfil de adoecimento do trabalhador, tendo em vista que possibilita obter-se o diagnóstico diferencial, ajuda no reconhecimento dos fatores de risco para o adoecimento e contribui nas estratégias de intervenção que visam melhores condições de trabalho, qualidade de vida e redução da incapacidade e afastamento laboral (Ribeiro *et al.*, 2019).

É, portanto, importante compreender que a incapacidade para o trabalho pode apresentar inúmeras implicações negativas para a saúde pública, à nível social e também econômico. Nesse sentido, diversos aspectos podem ser considerados, e dentre eles destaca-se o fato de que o afastamento por doença possui outros efeitos negativos, além,

é claro, do próprio sofrimento vivenciado pelo trabalhador (Barbosa-Branco; Souza; Steenstra, 2011).

Ademais, é imprescindível que haja uma maior atenção tanto do setor público quanto do privado para às condições de trabalho, bem como da capacidade laboral dos seus trabalhadores, a fim de que se mantenham saudáveis por muitos anos, e assim possam desempenhar as suas funções de forma adequada, e evitando incapacidades para o trabalho, que como mencionado anteriormente, ocasionaria em diversos pontos negativos ao trabalhador, e também em outros âmbitos (Hilleshein *et al.*, 2011).

5. CONCLUSÃO

Pode-se concluir, em termos epidemiológicos, que de acordo com as variáveis sociodemográficas, indivíduos do sexo feminino, de cor da pele branca, com nível superior completo apresentaram maior quantitativo no número de notificações de casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho. Houve queda nas notificações no período de 2020 até 2022, o que pode ser relacionado as subnotificações no período pandêmico.

Quanto à categoria profissional é preciso dar visibilidade à problemática encontrada entre as (os) técnicas (os) de enfermagem. Adicionalmente, a maioria dos casos que evoluíram com a incapacidade para o trabalho, foram do sexo masculino, cor da pele (preta, amarela e parda), afastados do trabalho e/ou da causa do adoecimento e não profissionais da saúde e a menor prevalência de incapacidade ocorreu entre os de ensino fundamental/médio e autônomos/temporários.

Nesse sentido, apontam-se como etapas fundamentais para a saúde do trabalhador e da trabalhadora a identificação de demandas específicas, o diagnóstico diferencial e a definição do nexos causal. Esses processos permitem não apenas reconhecer as necessidades existentes, mas também orientar ações para os serviços e programas direcionando profissionais de saúde capacitados para o cuidado integral dos casos. Ao estabelecer o nexos causal entre as condições de trabalho e o sofrimento mental, torna-se possível planejar intervenções que fortaleçam a vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora e priorizem a prevenção do adoecimento mental, fator que pode culminar em incapacidade para o trabalho (Sousa *et al.*, 2020).

Dessa forma, compreender a incapacidade laboral em suas múltiplas dimensões exige olhar atento para além do indivíduo adoecido, alcançando também o coletivo e suas condições de trabalho. O investimento em políticas de prevenção, promoção da saúde e

melhoria do ambiente laboral constitui não apenas uma estratégia para reduzir afastamentos, sofrimentos e casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho, mas também um caminho para fortalecer a saúde pública, a sustentabilidade social e a produtividade econômica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. M. *et al.* Aspectos psicossociais do trabalho e distúrbios psíquicos entre trabalhadoras de enfermagem. **Revista de Saúde Pública**, v. 37, n. 4, p. 424–433, ago. 2003.

AMARAL, B. N. DO *et al.* Transtornos mentais relacionados ao trabalho em Alagoas: um estudo epidemiológico entre 2017 e 2021. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 4, p. e9312440813–e9312440813, 31 mar. 2023.

BARBOSA-BRANCO, A.; SOUZA, W.R.; STEENSTRA, I.A. Incidence of work and non-work related benefit claims in Brazil. **Am J Ind Med**, v. 54, n. 11, p. 858-871, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**. Brasília, DF, v. 39, n. 43, 2023.

CCVISAT. Centro Colaborador da Vigilância dos Agravos à Saúde do Trabalhador. Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia. (2019). **Boletim Epidemiológico Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho no Brasil**, 2006–2017,13(9), 1-5.

DA CRUZ, E.L. *et al.* Transtornos mentais comuns entre profissionais da saúde. **Health Residencies Journal - HRJ**, v. 3, n. 14, p. 1072–1090, 6 jan. 2022.

DE OLIVEIRA, B. *et al.* Transtornos mentais relacionados ao trabalho no Amazonas de 2018 a 2022. **Peer Review**, v. 5, n. 25, p. 446–458, 11 dez. 2023.

FERREIRA, D. D. A. S. *et al.* Predisposição dos transtornos ansiosos em profissionais de saúde: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, p. e256101321238, 11 out. 2021.

GOMES, G. C. G.; DE FARIAS, L. B. Aspectos epidemiológicos dos transtornos mentais relacionados ao trabalho no estado de Alagoas de 2017 a 2022. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 6, p. 29344–29354, 22 nov. 2023.

HILLESHEIN, E.F. *et al.* Capacidade para o trabalho de enfermeiros de um hospital universitário. **Rev Gaúcha Enferm**. v. 32, n. 3, p.509-15, 2011.

LOIOLA, E. F. *et al.* TRANSTORNOS MENTAIS EVIDENTES NO SEXO FEMININO. **Revista Científica da Faculdade de Medicina de Campos**, v. 15, n. 3, p. 72–76, 21 dez. 2020.

OLIVEIRA, D.M. *et al.* Afastamento do trabalho por transtornos mentais e comportamentais entre profissionais de enfermagem. **Revista Cuidarte**, v. 10, n. 2, 3 maio 2019.

DA LUZ, E. M. F. *et al.* Repercussões da Covid-19 na saúde mental dos trabalhadores de enfermagem. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 10, 1 out. 2020.

MOREIRA, A. A. O. *et al.* Fatores associados à atividade laboral de técnico-administrativos de universidades estaduais aposentados por invalidez. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 44, p. e20220252, 2023.

PALMA, T. D. F. *et al.* Panorama da saúde mental e trabalho no Brasil. **Revista de Saúde Coletiva da UFEFS**, v. 9, p. 153–158, 28 dez. 2019.

(2016). Resolução nº 510/2016 – Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. **Brasil: Ministério da Saúde**, Brasília, DF. Guerriero I. C. Z., & Minayo, M. C. S. (2013).

RIBEIRO, H. K. P. *et al.* Transtornos de ansiedade como causa de afastamentos laborais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, p. e1, 2019.

ROCHA, L. E.; DEBERT-RIBEIRO, M. Trabalho, saúde e gênero: estudo comparativo sobre analistas de sistemas. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, n. 6, p. 539–547, dez. 2001.

SÁ, B.; GOMES, R.; DANTAS, R. Incapacity for work due to mental and behavioral disorders in brazilian social security: a temporal analysis. **Perspectivas em medicina legal e pericias medicas**, v. 8, n. 1, 1 jan. 2023.

SANTOS, K. M. D. *et al.* Perfil da equipe de enfermagem de unidades ambulatoriais universitárias: considerações para a saúde do trabalhador. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 2, p. e20190192, 2020.

SILVA, Daniel *et al.* Perfil epidemiológico dos afastamentos do trabalho por transtornos mentais e comportamentais na Previdência Social no Brasil, 2012–2021. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 16, n. 45, p. 1-11, 2023.

SILVÉRIO, A. C. D. P.; FRANCO, C. T. P.; RIBEIRO, M. G. L. Perfil epidemiológico do transtorno mental relacionado ao trabalho no estado de Minas Gerais nos anos de 2013 a 2022. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 1, p. e14994, 25 jan. 2024.

SOUSA, A. *et al.* Perfil descritivo de notificações de transtorno mental relacionado ao trabalho. **Trabalho (En)Cena**, Palmas-TO, Brasil, e021009, 2020.

TEÓFILO FILHO, R. A. *et al.* Aspectos epidemiológicos dos transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil na década de 2011 a 2020. **Debates em Psiquiatria**, v. 13, p. 1–24, 5 jul. 2023.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Aiadni Catunda da Cruz: Contribuiu para a concepção do projeto, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final.

Jefferson Paixão Cardoso: Contribuiu na concepção do projeto, análise e interpretação dos dados, supervisão do estudo, revisão do documento final e aprovação da versão final.

Luciano Nery Ferreira: Contribuiu para a análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final.

Tiago Novais Rocha: Contribuiu para a análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final.

Paloma de Sousa Pinho: Contribuiu para a concepção do projeto, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, supervisão do estudo, revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final.